

## **A GEOGRAFIA FÍSICA NO BRASIL: EM BUSCA DAS MATRIZES TEÓRICAS ORIGINÁRIAS E SUAS INFLUÊNCIAS NAS ABORDAGENS INTEGRADORAS<sup>1</sup>**

## **LA GEOGRAFÍA FÍSICA EN BRASIL: EN BUSCA DE LOS MARCOS TEÓRICOS ORIGINÁRIOS Y SUS INFLUENCIAS EN LOS ENFOQUES INTEGRADOS**

Núbia Beray **ARMOND\***  
Anice Esteves **AFONSO\*\***

**Resumo:** Anteriormente vista como um subcampo estéril, a Geografia Física se mostrou efervescente e frutífera em relação a alguns debates epistemológicos. Partindo de uma das dimensões do espaço geográfico – a natureza, a Geografia Física “integradora” têm sido uma tendência vista com relativa repercussão na Geografia, principalmente a partir da apropriação da chamada “questão ambiental”. Propostas teóricas, como a Geografia Ambiental e Geografia Sócio-Ambiental, surgiram. No entanto, essas propostas teóricas podem ter sua origem em períodos anteriores. Considera-se a existência de um discurso de integração da Geografia, a partir da Geografia Física, quando da sua institucionalização universitária no Brasil, a partir de meados da década de 30. A Geografia vinda originalmente da França traz consigo, apesar da relativa fragmentação dos estudos regionais, um apelo por uma Geografia “unificada”, que acaba por influenciar as primeiras gerações de geógrafos formados no Brasil e que, sucessivamente, formaram grande parte dos geógrafos que se espalharam pelas universidades brasileiras. Muitos deles, incorporando essa tendência totalizante, reproduziram essa tendência de diferentes formas em suas atividades no magistério superior tanto em nível de ensino quanto de pesquisa, reverberando até os dias atuais. É em busca dessas origens que nossa reflexão se coloca.

**Palavras chave:** Geografia Física, história da Geografia no Brasil, abordagem integradora

**Resumen:** Anteriormente vista como un subcampo estéril, la Geografía Física resultó efervescente y fructífera en algunos debates epistemológicos. Desde una dimensión de lo espacio geográfico – la naturaleza, la Geografía Física “inclusiva” ha sido una tendencia vista con relativa repercusión en la Geografía, en particular por la apropiación de lo que se llama “cuestión ambiental”. Propuestas teóricas como Geografía Ambiental y Geografía Socio Ambiental han surgido. Sin embargo, estas propuestas teóricas pueden tener sus orígenes em épocas anteriores. Se considera todavía la existencia de un discurso de integración de la Geografía desde la Geografía Física cuando ocurrió su institucionalización em la universidad em Brasil, por los años 30. La Geografía que vino originalmente

---

<sup>1</sup> Texto resultante da pesquisa em andamento no interior de dois projetos de pesquisa. O primeiro intitula-se “Dinâmica de Bacias Hidrográficas em áreas Urbanas e Rurais”, a partir da linha de pesquisa “Aprimoramento de Materiais e Métodos para o Ensino de Geografia Física”. O segundo projeto é denominado “As transformações no mundo contemporâneo e o Ensino de Geografia”, ambos possuem financiamento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

\*Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Se encontra vinculada, enquanto bolsista, nos projetos de pesquisa “Dinâmica de Bacias Hidrográficas em áreas urbanas e rurais” e “As transformações no mundo contemporâneo e o ensino de geografia na educação básica”. Atua na linha de pesquisa Aprimoramento de Materiais e Métodos para o Ensino de Geografia Física nos níveis de ensino fundamental e médio. E-mail, [nubiaarmond@hotmail.com](mailto:nubiaarmond@hotmail.com)

\*\* Professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É também doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail, [aniceuerj@gmail.com](mailto:aniceuerj@gmail.com)

de Francia trae, a pesar de la relativa fragmentación de los estudios regionales, una llamada en favor de una geografía “unificada” que termina por influir en las primeras generaciones de geógrafos formados en Brasil y que, a su vez, formaran gran parte de los geógrafos que se encuentran por las universidades en Brasil. Muchos de ellos, con la incorporación de esta tendencia totalizante, reprodujeron en diferentes formas en sus actividades en la educación superior tanto en la enseñanza cuanto en la investigación, reverberando a estos días actuales. Es en la búsqueda de estas fuentes que nuestra reflexión surge.

**Palabras clave:** Geografía Física, historia de la Geografía en Brasil, enfoque integrador.

## Introdução

A produção do conhecimento científico geralmente tem como seu lócus principal os grandes centros de pesquisa, como as Universidades. Nelas, pesquisas “puras e aplicadas” são realizadas com frequência sem que os pesquisadores atentem para os sentidos e propósitos da produção do conhecimento.

A escolha de um objeto de estudo - científico, artístico ou técnico - geralmente é tomada por questões de afinidade, conforme as perspectivas e possibilidades materiais dos sujeitos. Tais possibilidades e afinidades trazem consigo a influência da dimensão social da existência do sujeito. Ou seja, estudar algo, produzir conhecimento a partir de um olhar sobre a realidade (estando, ao mesmo tempo, inserido nela), utilizar esse conhecimento para aplicação efetiva na realidade implica não apenas um fazer individual, como também gera consequências sociais que reverberam nas escolhas individuais, em movimento dialético. Daí a importância da reflexão sobre os sentidos do conhecimento e sua função social. Como produzir, por que produzir, para quem produzir, por quem produzir.

Ao compreender o campo científico como um universo de tensões, pode-se escapar da equivocada leitura da ciência no sentido de um fazer ‘imaculado’, bem como nos manter alertas e reflexivos, na condição de acadêmicos e pesquisadores, sobre quais são as nossas responsabilidades ao pesquisar, publicar e produzir dados e visões de mundo.

Entretanto, questões dessa alçada não têm sido colocadas na agenda de grande parte dos cientistas. No caso da ciência geográfica, isso não é diferente. Um esvaziamento epistemológico e, conseqüentemente, político.

Epistemológico, considerando a epistemologia como campo crítico de discussões sobre as formas de pensamento científico que dizem respeito aos métodos, objetos e finalidades de um conhecimento científico (GOMES, 2009). Pensar sobre a ciência, sua função social e as formas de apreensão e/ou representação da realidade é considerada uma reflexão atinente inclusive à dimensão política da existência humana e do fazer social.

Compartilha-se aqui a posição que considera ainda pouquíssimo numerosas as discussões travadas no campo teórico e epistemológico na Geografia no Brasil, apesar de estarem em franco crescimento e difusão (SPOSITO, 2004). Cresce a preocupação com as origens e os sentidos da produção científica do conhecimento geográfico, com a teoria, o método e as bases necessárias para compreender o sentido do fazer ciência na Geografia.

Refletir sobre os pressupostos epistemológicos da Geografia Física na contemporaneidade faz incorrer na investigação sobre o que é a ciência, o que é a Geografia, especificamente a Geografia Física, quem contribuiu para que ambas sejam como são (ainda que em um constante refazer) e como podem ser. Esse esforço implica em aprofundar a busca nos interstícios históricos e epistemológicos de alguns debates polêmicos na história da Geografia.

Realiza-se neste artigo um breve estudo historiográfico sobre as matrizes originárias do que se considera uma Geografia brasileira, buscando mapear quais foram essas matrizes, quais teóricos tiveram proeminência ao influenciar a Geografia e a Geografia Física e como essas influências acabaram por ecoar nos diferentes locais de formação acadêmica em Geografia no país. Descortinar esses aspectos colabora na demonstração de que eles ajudaram a originar o que, na contemporaneidade, se pretendem propostas integradoras no estudo da Geografia a partir da Geografia Física.

Grande parte dessas influências teóricas podem ser inseridas na classificação daquilo que alguns pesquisadores da história do pensamento geográfico consideram como os movimentos “paradigmáticos” vistos na Geografia brasileira no decorrer do século XX: a Geografia Clássica, Geografia Teorético-Quantitativa e Geografia “Crítica” (ou Movimento de Renovação Crítica). Acrescentamos a esse processo, ainda, a chamada Geografia Ambiental, com forte repercussão no interior da Geografia, inclusive da Geografia Física. Neste trabalho, busca-se a ênfase no que se considera a matriz originária da Geografia brasileira: a Geografia Clássica.

Essas classificações, apesar de criticadas por conferir ao estudo da história do pensamento geográfico um caráter de generalidade e por tomar como homogêneo o pensamento de teóricos com distintas características, se fazem necessárias para possibilitar a identificação das matrizes de pensamento proeminentes, desde que sejam tratadas de forma crítica.

### **Orientação metodológica da periodização analítica**

Para proceder às classificações, nosso raciocínio se baseia em Moreira (2008, 2009, 2010), que analisa o pensamento geográfico brasileiro realizando uma classificação em crítica às abordagens de estabelecimento de escolas de pensamento (por exemplo, Escola Francesa, Escola Alemã, Escola Norte-Americana etc.) e à tradição das “geografias setoriais” (agrária, urbana, econômica, ‘física’, ‘humana’ etc.). Para tanto, o autor utiliza o conceito de matriz, que seriam maneiras de diferenciar os intelectuais segundo os caminhos teórico-metodológicos que os levam a elaborar, inseridos num contexto histórico, suas compreensões de mundo, por intermédio da Geografia (MOREIRA, 2008).

A tradição de abordagem do pensamento geográfico a partir de escolas de pensamento, bastante utilizada na Geografia, tende a classificar os intelectuais segundo seu lugar originário de formação, o que ‘mascara’ a diversidade de influências embutidas no processo formativo do intelectual. Sendo assim, intelectuais formados nas universidades francesas são orientados de um “líder-da-escola” e são tomados como homogêneos (“Escola Francesa”), desconsiderando outras influências que por ventura estejam presentes nas reflexões do pesquisador e que não tenham sido oriundas diretamente desse local de formação (MOREIRA, *op.cit.*). Hoje se sabe, por exemplo, que LaBlache enviou vários de seus orientados de pesquisa à instituições alemãs para observar o que de melhor havia na Geografia desse país (MAMIGONIAN, 2003).

Já a classificação das geografias setoriais é responsável, como diz o nome, por uma setorização da ciência geográfica em “grandes” áreas. O pesquisador da área de Geografia Agrária é diferenciado, por conta de seu tema, do pesquisador de Geografia Urbana, de Geomorfologia, de Climatologia. Segundo Moreira (2008), essa classificação seria responsável pela obtenção da chancela que conduz as geografias setoriais a gerar a tão famosa dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana.

O abandono da prática de se pensar o todo se constitui no *pecado original* dessa abordagem, que se mostra insuficiente na compreensão do pensamento geográfico pelo fato dessas fronteiras entre as áreas, na prática, não serem tão fixas quanto aparentam. Por exemplo, o pesquisador em Geomorfologia, se realizar um estudo sobre a influência de processos erosivos nos sistemas de plantio, poderá necessitar da articulação de conhecimentos atribuídos, segundo essa lógica, ao pesquisador em Geografia Agrária.

Segundo Moreira (*op.cit.*), obliterada no interior dessas tradições classificatórias existe ainda o que se pode denominar da tradição do geógrafo criador de matriz de pensamento. Entre uma classificação e outra, às vezes pode não se dar conta de que cada geógrafo se distingue por sua forma própria de pensamento.

Através da classificação por matrizes, ressalta-se uma dialética entre o contexto histórico e as formas como o intelectual originalmente (e particularmente) elabora sua reflexão. Esse movimento acaba concebendo diferentes modos de pensar e ver o mundo (na sua totalidade) e captá-lo através da Geografia. É nesse sentido que incorremos em nossa investigação buscando as diferentes matrizes que influenciaram sobremaneira as reflexões presentes na Geografia Física e que preconizam aspectos integradores.

Sendo assim, inicialmente abordamos o início da Geografia institucionalizada na Universidade no Brasil, em meados da década de 30, quando do surgimento dos cursos de Geografia na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Distrito Federal, e ainda no Rio, posteriormente a Universidade do Brasil (posteriormente tornada Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ).

Sendo os cursos universitários – sobretudo aqueles das “ciências humanas” – fundados a partir das Missões Francesas, a matriz francesa acaba por influenciar a origem da Geografia brasileira (MOREIRA, 2008), tendo constituído um contexto determinante para as reflexões integradoras a partir da Geografia Física.

No entanto, essa matriz originária acabou se metamorfoseando, através de influências tanto de caráter externo quanto interno à Geografia brasileira, adquirindo características relativamente distintas. Avaliam-se quais foram as características nessa matriz que mais tiveram influência e ajudaram na construção de uma Geografia Física integradora.

Observar essas influências inseridas em seu contexto, bem como, evidenciar os intelectuais que contribuíram para a Geografia Física numa perspectiva integrada nessas épocas, significa poder conhecer um pouco mais das origens de um entre uma miríade de pontos de vista na Geografia. Significa, também, uma tomada de consciência sobre a história da Geografia e, a partir disso, projetar de que formas se pode construir hoje a Geografia de amanhã já que, segundo Santos (2004), se o homem é projeto, é o futuro que determina o presente. Porém, este jamais se descola do passado.

## **A Geografia não-institucionalizada no Brasil: Delgado de Carvalho e Everardo Beckheuser**

Seguindo-se uma ordem cronológica a partir da instauração da Geografia como ciência institucionalizada no Brasil, ponto a partir do qual iniciamos a busca pelas origens das reflexões integradoras na Geografia Física brasileira, tomamos inicialmente como marco as primeiras gerações de geógrafos formados nas universidades brasileiras.

Segundo Sposito (2004, p. 106), a influência da teoria e método de alguns intelectuais de origem francesa na Geografia brasileira teria como característica a unicidade das reflexões sobre a relação entre sociedade e natureza, inclusive a partir da Geografia Física, já que “a

‘tentativa’ de solução pelos estudos regionais procurava superar essa divergência ao combinar as duas perspectivas”.

Apesar de se considerar a criação dos cursos de Geografia nas universidades do Brasil o marco de institucionalização da Geografia, sua presença é notada antes desse processo. A Geografia é vista frequentemente estando presente nas reflexões de naturalistas, literatos, viajantes, pintores, engenheiros, médicos e sanitaristas. Havia uma Geografia no Brasil antes mesmo dela existir enquanto ciência formal, através de instituições (no caso, as Universidades e IBGE, fundamentalmente). Ela existia enquanto pensamento geográfico (MACHADO, 1995), como forma geográfica de ver o mundo, denominada também de Geografia informal, diferenciando-se de uma Geografia universitária (MOREIRA 2010).

Podem ser identificadas a existência de leituras e visualizações geográficas das paisagens e das formas de organização social em vastas obras literárias, relatos de expedições para as áreas ainda desconhecidas pelos grupos naturalistas no período do Império e da Primeira República, em pleno século XIX, e mesmo em periódicos de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Sociedade Brasileira de Geografia (SBG) e, posteriormente, a Associação dos Geógrafos Brasileiros e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Há quem aponte ainda a existência propriamente de uma geografia do Brasil ao invés de uma Geografia no Brasil nessa época, marcando o que seria um conhecimento geográfico sobre o território e a sociedade no país (MOREIRA 2009).

O conhecimento geográfico sobre o território emerge como elemento central da formação da identidade nacional, no que se chama de uma identidade pelo espaço. No entanto, o processo de forjamento dessa identidade acabou sendo demais problemático, principalmente para as classes subalternas, já que o projeto nacional se baseava, sobretudo, na eugeniização do território, uma ‘pigmentocracia’ que tinha como arquétipo o homem europeu. A repercussão espacial disso foi avassaladora, conectando através das elites os lugares longínquos no território brasileiro, mas, ao mesmo tempo, hierarquizando os lugares segundo esses princípios (MORAES, 1991).

Atrelado a esse processo e, ousamos dizer, um precedente do que se constituiria como influência francesa na Geografia universitária, já no início do século XX, o Brasil assistirá a emergência das primeiras obras formais de Geografia do Brasil, advindas de dois geógrafos com fortes influências européias: Delgado de Carvalho e Everardo Beckheuser.

Segundo Moreira (*op cit.*), Carlos Delgado de Carvalho pode ser apontado como o introdutor de um sentido moderno na geografia brasileira. Sua formação (na área de Ciências Diplomáticas e Economia e Política) e convivência na França do início do século XX são fundamentais para as influências vidalianas que Delgado traz para o Brasil e que marcam sua produção bibliográfica no campo da Geografia. Delgado foi um dos pioneiros na Climatologia produzida sobre o país, com uma abordagem de caráter eminentemente geográfica, influenciada principalmente por De Martonne e Jean Brunhes. Aliás, mesmo em um período pré-universitário, Delgado de Carvalho não se furtava aos principais debates da Climatologia da época, como as severas críticas às abordagens climáticas que lançavam mão das normais médias dos elementos meteorológicos – creditadas por muito tempo exclusivamente a Julius Hann (SANT’ANNA NETO, 2003).

Everardo Beckheuser, formado em Engenharia, se aproximou da Geomorfologia e da Geografia Física, daí se aproximando da Geografia. Suas influências são marcadamente advindas da Geografia alemã, com uma mescla da Antropogeografia de Ratzel e de elementos conceituais da Geografia francesa, especialmente de Jean Brunhes e Camille Vallaux (MOREIRA, *op cit.*).

Ambos os intelectuais, tanto Delgado de Carvalho quanto Everardo Beckheuser, absorvendo elementos de teoria e método geográficos oriundos da Geografia francesa e alemã

(esta última notadamente mais presente na obra de Everardo), marcam um início de tendências acadêmicas e, portanto, modernas da Geografia no Brasil. Era a Geografia dos pré-fundadores (MOREIRA, 2010).

Entretanto, grande parte da literatura em História do Pensamento Geográfico considera a construção desse campo como ciência a partir de sua institucionalização através da vinda de geógrafos franceses e estrangeiros para a criação dos primeiros cursos universitários no Brasil. Antes da década de 30, considera-se que havia uma Geografia pré-institucional, mesmo com a existência de obras formais com profundo caráter geográfico.

Posteriormente a esse período, pode-se demarcar, segundo Monteiro (1980), um ciclo classificado como o da implantação da Geografia Científica no Brasil (1934-1948).

### **A Geografia científica no Brasil: as missões francesas e um projeto modernizador**

Essa Geografia institucionalizada é construída em meio a um projeto do Governo Federal de modernização do país, em plena era Vargas, no qual a universidade cumpre papel fundamental na construção, dentre outras coisas, de um Estado-Nação brasileiro.

A Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão, em 1929, foram alguns marcos principais que ‘detonaram’ a necessidade de construção de um país moderno. A Grande Depressão, em 1929, demonstrou ao mundo capitalista a decadência dos preceitos liberais que sustentavam uma economia controlada única e exclusivamente pela ‘mão invisível do capital’, denunciando a ineficiência de um Estado não-interventor e ‘arcaico’, ‘tradicional’.

No Brasil não foi diferente, e a chamada Crise de 29 trouxe consigo a crescente burguesia industrial, com a Revolução de 30 e, posteriormente, a emergência do Estado Novo. Diante desses impactos, o clamor de certa fração das elites e setores ligados ao Estado, em prol da construção de um Estado-Nação, inserido no contexto da modernidade, necessitava de elementos para compô-lo. Era necessário basear na indústria os modos de reprodução da vida social, necessitando da criação de instituições para que esse novo projeto de sociedade se concretizasse de fato. A Universidade surgia também como uma instituição fundamental nesse processo.

A Universidade se inseria na perspectiva de superar a estrutura de um país agrário-exportador, pautado nos arquipélagos econômicos, através do conhecimento, mensuração e ruptura dos obstáculos à integração nacional. (FERNANDES, 2009; MACHADO, 2009).

Fazia-se necessária a consolidação de uma elite intelectual dirigente no país, responsável por moldar e construir outro Estado através do conhecimento do território e seus recursos naturais, subsidiando as políticas de planejamento. Frequentemente essa burguesia industrial ia se qualificar nas universidades francesas. Aliás, desde o fim do século XIX, a França já se colocava na condição de um modelo cultural e intelectual a ser seguido. As diversas camadas da burguesia espalhadas pelo mundo capitalista buscavam copiar o estilo de vida francês da *belle époque*.

A partir do deslocamento da família real para o Brasil, no século XIX, se intensifica a presença francesa, que se perpetua mesmo na formação das estruturas universitárias no Brasil. Os primeiros cursos, nas primeiras universidades brasileiras, são fundados por franceses, que vêm ao Brasil por meio de ‘missões’ civilizatórias, auxiliando nessa parte do processo de modernização do país. Com frequência associado ao projeto de modernização do Brasil a partir do Distrito Federal, a noção de modernização que povoava as intenções dos franceses era atrelada ao progresso. A França, já ‘evoluída’ e agora estagnada, já estava ‘pronta’, nos padrões da modernidade. O Brasil era um país ‘por fazer’, necessitado de um progresso que, aparentemente, tinha raízes em uma noção evolucionista, pela qual passaria por um processo

linear de evolução da sociedade brasileira até chegar ao patamar dos modelos de países modernos europeus (FERNANDES, 2009). Segundo Machado (2009), as missões universitárias são originárias das relações culturais entre Brasil e França, e foram potencializadas a partir da criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF).

Apesar do debate acerca da modernização do país, com a construção das primeiras Universidades, ter encontrado solo fértil, sobretudo no Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, foi São Paulo quem deu o pontapé inicial nesse processo. Em uma tentativa de retomar o poder perdido após a Grande Depressão, São Paulo foi pioneiro na construção da primeira Universidade do país, a Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934.

Juntamente com a noção evolucionista da sociedade brasileira, era necessário inventar a chamada “tradição nacional”, fortemente atrelada às idéias estadonovistas. Com a capital nacional então no Rio de Janeiro, local de irradiação do que se pretendia construir enquanto cultura e identidade do Brasil, lá foi criada a Universidade do Distrito Federal, UDF, em 1935. Fortalecia-se assim, através de mais uma Instituição, o projeto moderno de Brasil.

Guardadas as diferenças entre essas duas instituições – representantes de diferentes projetos de sociedade – ambas se constituíram nos principais pólos irradiadores da intelectualidade moderna nacional.

Cabe ressaltar que o que aqui se considera como Universidade é advinda do modelo de Universidade francesa, fundado em um conjunto de faculdades de filosofia, letras e ciências humanas e assentada em cátedras, ‘cadeiras’ permanentes de professores que ministravam determinada disciplina. Antes do modelo de cátedras, havia, dispersa no território tanto espacialmente quanto institucionalmente, diferentes faculdades que formavam principalmente engenheiros, médicos e sanitaristas – que, aliás, em grande número foram responsáveis por ministrar a disciplina de Geografia nas escolas (MACHADO, 2009).

Apesar do curso universitário de Geografia ter referência no modelo catedrático francês de Universidade, ele era extremamente estratégico do ponto de vista político, já que a Geografia poderia auxiliar profundamente no processo de integração do território nacional, com uma função primeira de descrição e mensuração do território brasileiro.

## A Geografia francesa e seu hibridismo: o embrião da Geografia brasileira

Antes de detalharmos a historiografia da influência francesa na Geografia universitária brasileira, cabe ressaltar que Moreira (2010) apresenta três principais perspectivas teóricas originárias que tiveram influência na construção da Geografia acadêmica do Brasil. A primeira perspectiva é a **francesa** de Vidal de La Blache, que chega ao Brasil através de Pierre Monbeig e Francis Ruellan. A segunda perspectiva é a **franco-germânica** de Jean Brunhes, que nos chega através de Pierre Deffontaines. Por último, a perspectiva **germânica** de Alfred Hettner, vinda através de Leo Waibel. Cada uma dessas perspectivas, com origens matriciais distintas e também influenciadas pelos ambientes em que estes intelectuais viveram, transmitem perspectivas como formadores seminais do pensamento geográfico brasileiro. De modo tardio, também emerge como matriz principal da Geografia brasileira, aquela norte-americana de Sauer e Hartshorne, que reverberará mais no campo da Geografia Humana, com Carl Sauer, influenciando o recente desenvolvimento da chamada Geografia Cultural.

Tanto a matriz vidaliana, quanto a brunhiana e a hettneriana são trazidas como tradições de *integração* no pensamento geográfico, cada qual representando uma característica distinta. Segundo Moreira (*op.cit.*), Deffontaines se caracteriza por uma

abordagem integradora por interação holista; Monbeig, por superposição de camadas; Waibel por conexão por um elo do meio e Ruellan externando uma visão integrada distinta, mais *sui generis*. Sendo a institucionalização do campo científico da Geografia na Universidade marcada pelas matrizes estrangeiras, se afirma que a Geografia brasileira já nasce clássica (MOREIRA, 2008).

A partir da construção da Geografia universitária pode-se incorrer nas minúcias da produção científica, na intelectualidade desses geógrafos e detalhar as características desses diferentes tipos de interações.

A construção do campo científico da Geografia universitária teve início na Universidade de São Paulo, em 1934, no qual o francês Pierre Deffontaines foi o precursor.

Segundo Machado (2009) e Moreira (2009), Pierre Deffontaines (1894-1978) chega ao Brasil em 1934 para atuar na construção da Geografia na Universidade de São Paulo. Foi o primeiro geógrafo francês a vir ao Brasil, na primeira missão universitária francesa. Católico militante, Deffontaines faz parte da terceira geração francesa (a primeira geração teria sido a responsável pela institucionalização da Geografia na França e a segunda seria a geração dos primeiros discípulos de La Blache, como Emmanuel DeMartonne, Albert Demangeon, Jules Sion, entre outros), junto com Pierre Monbeig, ambos formados no entre-guerras (FERNANDES, 2009).

Ao contrário de seus colegas que também vieram ao Brasil, Deffontaines não tinha projeção acadêmica na Geografia no seu país de origem. Por duas vezes ele havia tentado em seu país uma vaga em universidade pública, mas não logrou êxito, provavelmente por conta da sua relação problemática com seu orientador, Albert Demangeon, na Sorbonne. Filiado à Geografia vidaliana e ao grupo dos Annales, Demangeon dificultou bastante a atuação de Deffontaines no território francês, que acabou optando por se articular com Jean Brunhes, intelectual católico do Collège de France.

Após uma passagem de seis meses por São Paulo, ele se muda para o Rio de Janeiro em 1935 e assume a cátedra de Geografia Humana na extinta Universidade do Distrito Federal (que sofre posterior processo de incorporação à Universidade do Brasil<sup>2</sup>).

Já em território brasileiro, Deffontaines teceu suas relações no campo intelectual principalmente com grupos católicos que estavam sob orientação do representante da Igreja na educação, Alceu Amoroso Lima.

Pierre Deffontaines atuou profundamente na construção da Geografia no Brasil, não só na Universidade, mas, também, em outros espaços político-institucionais. Ele auxiliou na fundação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) em 1934, construída nos moldes da Associação de Geógrafos Franceses (AGF). Participou do Conselho Nacional de Geografia (CNG) em 1937, que sofreu fusão com o Conselho Nacional de Estatística (CNE) e, em 1939, deu origem ao IBGE. A criação destes conselhos fez parte de um plano mais ambicioso de inserção da Geografia brasileira na União Geográfica Internacional (UGI). Sob a presidência de Emmanuel De Martonne, essa instituição teria feito rigorosas imposições para que o Brasil pudesse se inserir na União, órgão instituído pelos países desenvolvidos como sinal da marcha do mundo em um processo iminente de globalização.

Paralelamente a sua contribuição para a construção de um projeto moderno de Brasil através da Geografia, Deffontaines atuou exercendo influência capital no meio estudantil de Geografia e dos geógrafos no Rio de Janeiro. Ele ministrou também diversas palestras em

---

<sup>2</sup> A constituição da extinta Universidade do Distrito Federal, em 1935, se deu através de decreto municipal, sendo mantida pela prefeitura do Distrito Federal. Ela surge como um programa integrado de instrução pública para o Distrito Federal, liderado por Anísio Teixeira, na tentativa de organizar uma rede municipal de educação da escola primária até a universidade. Para aprofundamento bibliográfico acerca da construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro, consultar MACHADO (2009).



outros locais do Brasil, direcionando suas atividades em torno de dois objetivos principais: orientar os futuros profissionais de Geografia quanto ao ofício do magistério e incentivar a vocação desbravadora dos geógrafos exploradores, para conhecimento de um Brasil ainda inexplorado (MACHADO, 2009).

Em concomitância ao seu relativo ativismo político, Deffontaines também contribuiu para o desenvolvimento de atividades de pesquisa na UDF. Em 1936, implementou o Centro de Estudos Geográficos (CEG), esboço de um núcleo de pesquisa.

Quando Deffontaines sai de São Paulo e se encaminha para o Rio de Janeiro, outro geógrafo assume suas funções na USP: chega Pierre Monbeig.

Monbeig chegou ao Brasil em 1935, indicado por George Dumas para compor a segunda missão francesa, para lecionar na USP como professor de Geografia Física e Humana, posteriormente vindo a lecionar apenas Geografia Humana (a partir de 1938). A partir de 1936, Monbeig não se restringe apenas às atividades docentes, fazendo parte da construção de diversos outros espaços institucionais. Participou ativamente da construção da AGB, onde permanece no cargo de presidente até 1946, do CNG e de outras instituições, além de publicar vários artigos no jornal O Estado de São Paulo.

Suas filiações teóricas se apresentam intensamente conectadas com a chamada Escola dos Annales<sup>3</sup>. A partir da aproximação de Albert Demangeon, seu orientador, com Lucien Febvre, Monbeig acabou por absorver algumas das características desses intelectuais, bem como de todo o “caldo” cultural e intelectual francês da época (FERNANDES, 2009).

Analisando essa Geografia dos fundadores, tanto Pierre Deffontaines como Pierre Monbeig tiveram influências significativas da Geografia Francesa em sua formação. Porém, como demarcado anteriormente, ambos possuem características, sobretudo com relação ao método, bastante distintas. Além disso, seu grau de influência na produção geográfica subsequente também varia substancialmente.

Deffontaines, discípulo de Jean Brunhes e a ele vinculado por fortes laços, tem menor permanência no Brasil do que Monbeig, retornando à França em 1938. Assim, ele deixa poucas obras que pudessem influenciar a formação dos geógrafos brasileiros das primeiras gerações, mesmo no Rio de Janeiro. Por conta de sua estadia por um longo período no Brasil e sua vasta produção bibliográfica é que Monbeig será considerado o geógrafo que influenciará sobremaneira a constituição do perfil da primeira geração de geógrafos de São Paulo (MOREIRA, 2009).

Quanto ao perfil das suas produções, ambos deixam trabalhos orientados em uma visão integradora. Analisando as obras de Deffontaines, observam-se trabalhos orientados na relação homem-meio e a sua conexão com o meio natural, a partir da constituição das cidades no encaixe com seu sítio. Sua filiação franco-germânica emerge, assim, na análise geográfica.

Segundo a análise feita por Moreira (2010), a obra *A Geografia Humana do Brasil*, de Pierre Deffontaines, tem como pano de fundo o enfoque integrado a partir da associação orgânica dos elementos. Deffontaines divide o livro em quatro partes: na primeira a natureza é analisada numa perspectiva de História natural territorializada, sofrendo metamorfoses paisagísticas no decorrer das transformações socioculturais brasileiras. A segunda e a terceira parte dizem respeito às formas com que, nessa relação, a ação do homem humaniza a

---

<sup>3</sup> Em linhas gerais (e ciente do risco de pecar pelo simplismo), arrisca-se dizer que a “Escola” dos Annales se constituiu em um movimento de “renovação” no campo da História impulsionado no início do século XX e que foi profundamente influenciado pela Geografia. A criação dos *Annales* de Geografia, periódico fundado por Vidal de La Blache, serviu como ponto de partida para Lucien Febvre e Marc Bloch na criação dos *Annales* de História Econômica e Social, que, absorvendo diversas características de Vidal, acabaram por ajudar a detonar esse movimento na França. Para mais detalhes, consultar BURKE (1997).

natureza. Na quarta parte, Deffontaines se refere aos princípios econômicos orientadores dessa transformação enquanto uma combinação de História natural e História social.

Ainda segundo Moreira (*idem*):

“A natureza é vista por Deffontaines como uma história do solo, a História geológica que se combina com a história geomorfológica, num processo de que advém as formas de relevo, sua repartição no espaço e sua lógica de relações” (p. 28)

A presença de Jean Brunhes é evidenciada quando se analisa o método no trabalho de Deffontaines. Para ele, a descrição traz consigo a possibilidade da explicação, e as formas da paisagem emergem casadas com a identificação dos processos, numa relação recíproca e complexa. Segundo Brunhes (apud MOREIRA, 2008, p. 29), “só é fato o que se relaciona”, emergindo aí a importância da relação entre teoria e método com o empirismo, em que só essa articulação relevaria os aspectos da totalidade. Sem isso, a análise se tornaria deficiente e parcelar.

Daí também a preocupação de Brunhes para a importância do que ele chamava de “princípio da atividade” e “princípio da conexão”. Ele é reconhecido também como o introdutor do pensamento dialético na Geografia, chamando atenção para um quádruplo tipo de contradição: a das forças da desordem do Sol, forças da atração gravitacional, as forças destrutivas da exploração e construtivas da organização, e as forças da ordem e desordem (MOREIRA, 2008).

Essa característica de interação entre sociedade e natureza que, a partir dos imperativos e dinâmicas sócio-econômicas causaria uma humanização da última, geraria praticamente uma simbiose. É essa característica que acaba por conferir à matriz franco-germânica, de influência principal de Jean Brunhes, uma integração entre natureza e sociedade de forma holística.

Já Monbeig preza mais pela atomização do conhecimento geográfico em setores específicos, levando em conta o meio físico muito mais como uma base físico-territorial, praticamente um substrato, sem muita relação com as dinâmicas sociais. Analisando a obra *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, Moreira (2010) caracteriza esse tipo de abordagem como uma análise integrada por sobreposição de camadas. “Nele, [em Monbeig], as esferas física e humana vão se superpondo, num acamamento mais mecânico que orgânico de integração, bem no estilo da Geografia regional de Vidal de La Blache” (p. 31).

Segundo o autor, Monbeig divide seu livro em três partes, nas quais a primeira se incumbe da apresentação descritiva do quadro físico, visto como a base sobre a qual se desenrola o quadro histórico com seus elementos culturais e econômicos. A segunda parte se caracteriza como a narrativa do povoamento do espaço, feita à base das fases e marchas da fronteira de expansão agrícola. Por último, a terceira parte é a análise do quadro atual da região então formada e das novas estruturas criadas a partir de 1930.

Sua filiação vidaliana se evidencia a partir de sua forma de abordagem com os objetos de estudo. Realizando uma análise comparativa com a obra de La Blache, o *Tableau de la géographie de la France*, de 1903, considerada uma das obras mais importantes da Geografia regional vidaliana, pode-se encontrar certa convergência.

Com o objetivo de elaborar um primeiro volume da história da França antes e depois da revolução, o *Tableau* tem a função de traçar previamente o ambiente de onde emerge na história a identidade e personalidade da nação francesa. Para tanto, La Blache busca no mosaico das paisagens da França o quadro da referência do seu estudo, tomando como partida a base geológica sobre a qual se desenvolvem as sociedades (MOREIRA, 2008). Esse aspecto expressa a tomada da Geologia enquanto uma história natural contada a partir da

estratificação dos elementos, sejam eles de ordem climática, geológica, geomorfológica, social, cultural, econômica etc.

Através desta breve resenha, observa-se o profundo caráter setorial da abordagem de Monbeig, que acaba sendo responsável por uma estrutura que separa, de forma estratificada, a natureza, o homem e a economia.

Segundo Moreira (2010), Monbeig deixa uma vasta produção bibliográfica que lhe permite um olhar mais plural que o de Deffontaines, porém mais pontual da realidade brasileira.

Cada qual com sua característica própria que não deixa de lhes conferir algum sentido integrador em suas abordagens, Deffontaines e Monbeig podem ser considerados os grandes 'semeadores' das influências européias (respectivamente franco-germânica e francesa) na teoria e no método de uma Geografia científica nascente no Brasil.

Em linhas gerais, até os anos 1950 a Geografia brasileira se insere num longo ciclo de formação de suas primeiras gerações de geógrafos, que carregam consigo notadamente uma orientação metodológica francesa, sobretudo vidaliana. De Martonne seria a bibliografia mais difundida nos aspectos físicos, enquanto Jean Brunhes, L. Febvre e Demangeon liderariam as abordagens dos aspectos humanos (MONTEIRO, 1980). Para nós, apesar de interessar o detalhamento das origens das perspectivas integradoras na Geografia, pelo fato dela estar presente na formação universitária seja de geógrafos que se especializam nos aspectos físicos, seja de geógrafos que se especializam nos aspectos humanos, optamos por concentrar e detalhar as influências intelectuais mais presentes na Geografia Física.

### **A Geografia física e as matrizes originárias no Brasil: uma Geografia Clássica integradora**

Com a criação do IBGE a partir da fusão do Conselho Nacional de Geografia com o Conselho Nacional de Estatística, grande parte dos geógrafos formados nas primeiras gerações dos cursos universitários, sobretudo no Rio de Janeiro, encaminham suas atividades profissionais nessa instituição. Esse fato se deu principalmente a partir da década de 1940, no qual os geógrafos de formação compartilhavam os quadros da instituição com engenheiros. Na década de 1950, os geógrafos de formação são predominantes no IBGE, e muitos deles irão realizar cursos de especialização em universidades estrangeiras, principalmente as francesas e norte-americanas (MOREIRA, 2009).

Após a vinda de Deffontaines e Monbeig, outro movimento de vinda de intelectuais para universidades e para o IBGE ocorria no Brasil, contribuindo para consolidar as atividades acadêmicas no campo da Geografia.

Francis Ruellan chega ao Brasil em 1940, trabalhando tanto no IBGE quanto na Universidade do Brasil (no Rio de Janeiro) em atividades de pesquisa e ensino e, realizando a 'ponte' entre essas duas instituições. No que concerne às suas influências teóricas, Ruellan concentrou seus estudos na Geomorfologia, aliando a tradição davisiana de sua formação com a tradição penckiana. Sendo assim, combina a geomorfologia alemã e a norte-americana na perspectiva da leitura regional das paisagens, típica tradição francesa.

Assim, sua visão das paisagens se constrói numa perspectiva integrada, matriz essa que é passada para seus alunos na Universidade e que tem eco nos rumos da geomorfologia brasileira nos seus primeiros anos. Ruellan realizou uma movimentação mais ampla no território brasileiro, chegando a desempenhar atividades também em São Paulo, onde fez chegar sua visão da geomorfologia. Dentre suas principais publicações, figuram *Evolução Geomorfológica da Baía de Guanabara*, de 1949, e *O escudo brasileiro e dobramentos de*

*fundo*, de 1953 que, junto com *Problemas Geomorfológicos do Brasil tropical atlântico*, de De Martonne, por muito tempo se constituem nas referências básicas nos estudos de geomorfologia no Brasil (MOREIRA, *op cit.*).

De certa forma, não diretamente, mas ainda assim presentes na Geografia brasileira, outros intelectuais também influenciaram a constituição da Geografia Brasileira, inclusive na Geografia Física. Segundo Monteiro (1980), bolsistas retornados da França difundiram idéias de novos geógrafos franceses. Foi o caso das idéias de Max Sorre em São Paulo, por Ari França, e de Jean Tricart, no Rio de Janeiro, por vários bolsistas na volta de Estrasburgo.

Jean Tricart tem como uma das principais características de sua produção a tentativa da integração da Geomorfologia. De seu ponto de partida ao campo todo do real, com o objetivo de compreender o todo que envolve a relação do homem com o meio. Para tanto, parte inicialmente da dinâmica integral da natureza para ampliá-la no todo do mundo humano, visualizando o real como um uno-diverso e aplicando essa dialética também no campo da Geomorfologia. Talvez por sua filiação ao Partido Comunista Francês, com intensa militância, suas reflexões no campo da Geomorfologia tenham sido inspiradas pela obra de Friedrich Engels, *A dialética da natureza* (publicado em 1925).

Através desse arcabouço teórico e, supõe-se, como bom materialista, Tricart realiza fortes críticas às teorias davisianas por conta de sua generalização do processo atuante no modelado do relevo, e também pelo excessivo mecanicismo que a teoria traz consigo, um processo cíclico que representaria um sistema dinâmico, porém fechado.

A teoria proposta por William Morris Davis, chamada de Teoria do Ciclo Geográfico, foi amplamente criticada por apresentar uma concepção demais abstrata e finalista acerca da gênese e evolução do relevo, baseada, sobretudo, nas áreas temperadas. Tal modelo teórico apresenta o modelado terrestre como dividido em três fases em um processo evolutivo: a juventude, a maturidade e a senilidade, podendo retornar novamente à juventude através de movimentos pirogenéticos de soerguimento geológico.

Segundo Monteiro (2001), a teoria davisiana tinha como base a erosão **ideal**, na qual se chegaria ao nível de base da fase de senilidade. O próprio Davis, em sua obra, denomina essa caracterização das fases de “Ciclo Geográfico Ideal” - *The Ideal Geographical Cycle*. Entretanto, outros pesquisadores como De Martonne teriam utilizado o conceito de forma eurocêntrica e tomado a erosão ideal como erosão **normal**, induzindo sua utilização como parâmetro para a análise do processo evolutivo do modelado em outras partes do mundo. Apesar das críticas, o autor reconhece as contribuições de W.M. Davis à sistematização da Geomorfologia enquanto campo da Geografia Física.

Assim como Ruellan, Tricart reúne as teorias geomorfológicas de Davis e de Penck formando uma Geomorfologia dinâmica, em que vê o modelado terrestre como o produto de uma dialética de forças internas e externas do planeta. Essa ação contrária seria responsável pela formação e escultura do modelado terrestre. Assim, Tricart junta a Geomorfologia, a Hidrologia, a Climatologia, a Geologia e a Biogeografia numa única teoria e métodos, unificando no sentido de chegar a um conceito complexo e integrado de meio ambiente. Ele o faz a partir de uma visão ecológica, de conjunto, que denomina *Ecogeografia*.

Já Max Sorre, apesar de ter em suas obras todo o conjunto de conceitos que consagraram a Geografia clássica (ecúmeno, habitat, sítio, posição, princípios geográficos, localização, distribuição), se diferencia através do seu centro de análise: o conceito de **complexidade**, foco pelo qual ele analisa o todo e as partes da superfície terrestre, objeto de estudo da Geografia segundo as tradições francesas (MOREIRA, 2008; LA BLACHE, 1985).

A terceira perspectiva marcada por Moreira (*idem*) sobre as matrizes teóricas originárias é a germânica, chegada no Brasil através de Leo Waibel. Waibel chega ao Brasil em 1946, exclusivamente para trabalhos de orientação e pesquisa no IBGE. É discípulo de

Hettner e grande parte dos seus trabalhos são realizados em Geografia Agrária. Suas análises também se dão a partir da visão integradora dos elementos da paisagem, aliando perspectivas alemãs (de onde é originário), norte-americanas (já que foi exilado nos EUA) e francesas. Apesar de ter pouco eco diretamente nas teorias da Geografia Física, a perspectiva germânica foi fundamental na construção de campos como a Geografia agrária.

É de acordo com essa literatura integrada que se inicia a chamada fase acadêmica da Geografia brasileira, dela derivando um conjunto de livros e textos que destacam duas fases: a integrada e a setorializada. O período de 1950-1960 é o marco da passagem entre uma e outra.

Até os anos 50 é visualizado o quadro dos fundadores e dos primeiros geógrafos de origem universitária, marcando a consolidação da Geografia brasileira. Entre 1934 e 1939 é formada a primeira geração desses geógrafos, egressos dos cursos iniciados respectivamente em 1934 na USP e em 1935 na UDF. Entre 1938 e 1940 são lançadas as primeiras publicações de textos em periódicos e livros. Em 1939 é lançada a Revista Brasileira de Geografia (RBG) e em 1941 surge o Boletim Geográfico, ambos criados pelo IBGE. Em 1949 é criado o Boletim Paulista de Geografia, pela então seccional de São Paulo da AGB, e em 1950 o Boletim Carioca de Geografia, pela seccional do Rio de Janeiro. A partir dessa fase se multiplicam as revistas, que irão cumprir papel fundamental não só na divulgação da Geografia produzida à época, mas, também, na formação de geógrafos que utilizarão as obras para consulta e referencial bibliográfico.

Uma das características dos geógrafos formados nesse período é a visão de síntese adquirida a partir dos mestres fundadores. São geógrafos de formação integralizada, mesmo que a caminho de uma setorialização, esteja ela implícita ou explícita em seus textos.

Ainda assim, segundo Moreira (2010), “a maioria dos geógrafos faz Geografia integrada, mas realizando-a a partir de um ponto setorial específico de partida” (p. 54).

Nessa época, classificada por Moreira (1980) como a “afirmação” da Geografia brasileira, pode-se observar uma relativa transição entre uma Geografia dos fundadores para uma Geografia mais setorializada, através dos trabalhos produzidos. Os geógrafos passam a ter a característica de realizar trabalhos feitos na fronteira entre o olhar dos seus mestres e a autonomia para olhares próprios, mas ainda se encontravam longe de serem classificados como uma Geografia brasileira setorializada. Essa ambigüidade, entre integração e setorialização, é considerada por Moreira (*op cit.*) a principal característica da Geografia brasileira.

Isso pode ser observado nas obras das primeiras gerações dos pesquisadores em Geografia Física no Brasil. Formados na tradição francesa, muitos deles já começavam a direcionar seus estudos para um campo específico da Geografia Física, sobretudo a Geomorfologia e, em menor grau e não menos importante, a Climatologia.

### **Da complexidade à compartimentação (e vice-versa?): a estruturação dos subcampos científicos da Geografia Física no Brasil**

No caso da Geomorfologia, sua estruturação no Brasil se deu basicamente na transição dessas duas tendências, na faixa entre a década de 1950 e 1960. Antes disso, segundo Vitte (2009), os estudos de Geomorfologia no Brasil não tinham grande relevância. Foi na década de 1950 que houve a descoberta das variações climáticas da Terra e a possibilidade de associação das evidências destas variações com os sedimentos continentais para datar o relevo. Ainda nesse período houve o início da utilização de fotografias aéreas para as pesquisas geográficas e geomorfológicas, permitindo uma visão tridimensional das

morfologias que, associadas a trabalhos de campo, permitiram a elaboração de hipóteses mais coerentes para explicar os fenômenos geomorfológicos em ambientes intertropicais.

Em 1950 a comunidade brasileira de geomorfólogos entra em contato com a Teoria da Pediplanação, elaborada pelo geólogo sul-africano Lester King, que, baseado na obra do alemão Walter Penck, desenvolve seu modelo teórico, dessa vez contemplando outros fatores responsáveis pela gênese e evolução do modelado nas áreas intertropicais. Nesse momento a Geomorfologia passa por uma ruptura paradigmática que, associada a grandes transformações na Geologia (forte inserção da estratigrafia e sedimentologia nos estudos geológicos) e com o surgimento de novas técnicas de representação e aquisição de informações, promoveu grandes transformações nos estudos do relevo. Diante disso, ficou clara a insuficiência do modelo davisiano nos estudos do relevo nas latitudes intertropicais.

Os trabalhos do geógrafo Aziz Ab'Saber, na USP, e do engenheiro químico João José Bigarella, no Paraná foram paradigmáticos nesse processo, pois, ao proferir fortes críticas ao modelo davisiano baseadas na teoria de Lester King, puderam conferir um outro olhar de investigação da geomorfologia tropical a partir de princípios dinâmicos, espaciais e históricos, de interação entre diferentes escalas atuantes no modelado terrestre. Além do mais, ambos (principalmente Ab'Saber) foram responsáveis pela formação de diversos geógrafos em gerações futuras, fazendo com que suas perspectivas pudessem ser difundidas por seus orientandos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

Ainda segundo Vitte (2009), até aproximadamente 1957 tem-se um período marcado por um processo de transformação nas pesquisas geomorfológicas. Os trabalhos do campo da Geologia estariam mais avançados do que aqueles da Geomorfologia, guiados por um modelo anacrônico e incompatível com a realidade tropical brasileira, o que não possibilitava avanços significativos sobre o conhecimento da gênese do relevo do país. De 1950 até 1957, diversos estudos regionais com preocupações genéticas (influenciadas diretamente pela Geologia) foram desenvolvidos por Aziz Ab'Saber e Fernando Flávio Marques de Almeida.

No caso da gênese da Climatologia no Brasil, existem escassas referências bibliográficas sobre o tema, sendo a maioria delas artigos publicados enquanto parte da pesquisa desenvolvida na tese de livre docência do professor João Lima Sant'Anna Neto, da UNESP de Presidente Prudente – SP, *História da Climatologia no Brasil*. Os artigos disponíveis versam desde a existência de um conhecimento climatológico (e geográfico) presente nos viajantes e literatos de um Brasil ainda imperial (SANT'ANNA NETO, 2001) até as primeiras obras formais de Climatologia produzidas no país (*op cit.*, 2003).

A Climatologia no Brasil inicia seu desenvolvimento antes da criação das primeiras Universidades, com os trabalhos de Delgado de Carvalho e Frederico Draenert (um dos precursores de uma reflexão acerca das excepcionalidades do clima, criticando as abordagens exclusivamente médias do estado da atmosfera), Henrique Morize, afinado com as teorias de Julius Hann, uma climatologia de médias meteorológicas, Afrânio Peixoto, Joaquim de Sampaio Ferraz e Belfort de Mattos (SANT'ANNA NETO, 2003).

Quando da criação dos primeiros cursos universitários de Geografia (e História, no caso da USP), grande parte do conhecimento geográfico é advindo dos grandes manuais. No caso da Geografia Física (e Climatologia), os já citados manuais de Emmanuel de Martonne, bem como as aulas dos mestres franceses, foram fundamentais no lançamento das bases para as pesquisas climatológicas. Elas se tornaram consolidadas através de professores como Aroldo de Azevedo e Ary França (USP) e Edmon Nimer (IBGE, no Rio de Janeiro).

A partir do final da década de 40 se observa um início da circulação de artigos que abordam as questões climáticas nas publicações do IBGE. No Boletim Geográfico foram publicados trabalhos como o de Pierre Monbeig, *O clima e o organismo humano* (1946). Nessa década o meteorologista Adalberto Serra publica, na RBG, a *Meteorologia do Nordeste*

*Brasileiro* (1945). Na década seguinte essa temática se torna mais recorrente nas publicações do IBGE, sendo expressa pelo clássico trabalho de Ferraz, *O homem e a chuva* (1951) e de Lysia Bernardes, *Clima do Brasil, Clima de Nova Friburgo e Tipos de Clima do Brasil* (1951), no Boletim Geográfico, e *Tipos de Clima do Espírito Santo* (1951), na RBG. É também do ano de 1951 a primeira contribuição científica de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, *Notas para o estudo do clima do Centro-oeste brasileiro*, na RBG.

Em uma análise mais minuciosa de alguns artigos existentes observa-se um entre as perspectivas influenciadas por Julius Hann e Köppen (acusados de tratar os eventos atmosféricos de forma meramente descritiva e através de médias) e aqueles mais atrelados às críticas de Max Sorre, buscando analisar a atmosfera em sua dinâmica. As médias teriam seu lugar, em sua maioria, nos trabalhos de Lysia Bernardes, ao mesmo tempo que Sampaio Ferraz, Adalberto Serra, Leandro Ratisbonna e, posteriormente, Edmon Nimer, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Ana Maria Brandão teriam suas filiações teóricas naquela que seria uma perspectiva mais crítica da abordagem do clima.

O desenvolvimento desses subcampos da Geografia Física retratam uma realidade um pouco particular diante da Geografia mundial. Enquanto no mundo a Geografia Clássica, na década de 50, atingia seu auge e esgotamento, no Brasil ela atingia o momento de sua efetiva constituição (MOREIRA, 2008).

A reunião do XVIII Congresso Internacional da UGI (União Geográfica Internacional), realizado em 1956 no Rio de Janeiro, faz com que a Geografia brasileira formada na tradição de integração entre em contato com diversos geógrafos de formação setorializada. Isso causa um significativo impacto na Geografia brasileira.

É nesse período que um colapso acompanha o ciclo fragmentário que se abre no mundo desde os anos 1940: ondas de renovação varrem a Geografia dos grandes centros, chegando também ao Brasil. Movimentos como a Geografia Ativa e a *New Geography* (denominada também de Geografia Teorética, Geografia Quantitativa ou mesmo Geografia Teorético-Quantitativa) surgem no país nos anos 1970. Segundo Moreira (2008):

“Há um certo clamor por uma visão geral e mais integrada de Geografia nessas duas ondas. E que se expressa em dois sinais. De um lado, a idéia de integração que Lacoste vai designar projeto unitário. De outro, a idéia de um nexo aglutinador do todo unitário que seja na Geografia ativa, seja na “New Geography”, seja nas correntes dos anos 1970, converge epistemicamente para a categoria do espaço” (p. 81)

Apesar da característica de setorialização ser bastante forte, há de certa forma um apelo pela integração nessas duas ondas, guardadas as devidas proporções.

## Considerações Finais

A busca pelas origens teóricas de uma Geografia integrada, a partir da Geografia Física no Brasil, fora iniciada aqui a partir da institucionalização da Geografia no Brasil. A vinda de intelectuais para o país através das missões francesas, auxiliando na fundação dos primeiros cursos universitários, contribuiu para que as influências européias, principalmente as francesas e germânicas, fossem marcadamente as matrizes originárias de uma Geografia brasileira.

A teoria e o método de Vidal de LaBlache e Jean Brunhes, importadas para o Brasil a partir de seus orientandos e/ou alunos, fizeram com que a produção acadêmica das primeiras gerações de geógrafos formados no país fossem diretamente filiadas à concepções

integradoras de Geografia, característica da produção desses mestres. A Geografia de integração por superposição de camadas, traço da produção de Pierre Monbeig (de filiação francesa, sobretudo Vidaliana) e a integração holística, de Pierre Deffontaines (de filiação franco-germânica, influenciado por Jean Brunhes), se constituíram nas principais características passadas para as primeiras gerações. Ainda que a influência e repercussão da obra de ambos sejam diferentes na Geografia brasileira, é inegável sua participação no processo de formação direta dos geógrafos.

Na Geografia Física, intelectuais como Francis Ruellan (professor da Universidade do Brasil), Emmanuel De Martonne, Max Sorre e Jean Tricart possuíram papel fundamental na influência teórica e metodológica. Ruellan e DeMartonne, mais no campo da Geomorfologia, Max. Sorre, na crítica à Climatologia estatística e estática, e Tricart, numa análise mais ampla e complexa dos fenômenos da natureza em sua ecodinâmica, trazendo a perspectiva da Geomorfologia Climática também para o Brasil.

Tal assertiva pode ser confirmada através de depoimentos de geógrafos formados nessa época. Destacam-se dois eminentes geógrafos, intelectuais de importância inquestionável na Geografia, que possuem bastante repercussão na Geografia e que tem seus estudos incluídos em ramos do conhecimento advindos da Geografia Física: Aziz Nacib Ab'Saber e seu orientando de doutorado, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Responsáveis pela formação de grande parte das gerações de geógrafos subsequentes, estes intelectuais consolidaram-se como referência nos estudos de Geografia Física.

Aziz Ab'Saber, com proeminência na Geomorfologia, realizou conexões com a Ecologia e inúmeros campos do conhecimento. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro possui destaque nos estudos de Climatologia Geográfica. Cabe ressaltar o ineditismo da proposta levantada por Monteiro, considerado praticamente o 'mentor intelectual' de toda uma geração de geógrafos preocupados com a geograficidade do clima no Brasil, diferenciando a Climatologia Geográfica da Climatologia mais atrelada à meteorologia.

Em entrevista realizada por Marcos Barros de Souza (2006) sobre a Geografia Física nos eventos científicos no Brasil, Monteiro afirma que os autores mais influentes durante seu período de formação foram, em sua ampla maioria, franceses. Francis Ruellan por ter sido professor na extinta Universidade do Brasil (hoje UFRJ), Emmanuel De Martonne por ter elaborado o primeiro manual de Geografia Física amplamente utilizado na Universidade. André Cholley, por ter sido professor de Monteiro na Universidade de Paris-Sorbonne, Jean Tricart por seus escritos e Max Sorre por sua crítica a uma Climatologia meteorológica e estatística, que permitiu a Monteiro avançar na elaboração de uma forma geográfica da abordagem do clima. Finalmente, Aziz Ab'Saber, orientador de doutorado de Monteiro e que teria colaborado pelo seu "estatuto de Geografia completo (não apenas Geomorfologia)".

Aziz Ab'Saber (2007) reafirma a importância dos pesquisadores franceses em sua formação. Suas primeiras aulas foram ministradas por Pierre Monbeig, a quem se refere como "grande inspirador", tendo contato também com Roger Dion, Louis Papi, Francis Ruellan, mestres que o "impressionaram muito pelo conhecimento". Assim como Monteiro, Ab'Saber também reconhece a influência, ainda que inicialmente indireta, de Emmanuel De Martonne através de sua obra "*Traité de géographie physique*", grande manual de Geografia Física.

Através de leituras sobre a história e a epistemologia da Geografia, pode-se ter maior clareza da heterogeneidade das pesquisas da Geografia Física. Frequentemente tida como um subcampo aparentemente estéril no que se refere a debates epistemológicos, a Geografia Física se constitui em uma profícua fonte de informações nesse sentido. Buscamos apresentar os resultados de pesquisas sobre as origens e perspectivas sobre teoria e epistemologia da Geografia, com ênfase na base teórica de pesquisas integradoras da Geografia Física, ou seja, da perspectiva de uma Geografia Física que se atrela a estudos sobre uso e ocupação do solo,



planejamento urbano, economia e outras temáticas. Tal perspectiva é, no nosso entender, a que mais se aproxima daquilo que se acredita ser a ciência geográfica por excelência.

Esquadrinhar as origens dessas propostas teóricas de integração a partir da Geografia Física é trazer à tona quais as principais características dessas influências, principalmente quanto à teoria e ao método utilizado. Emergem também, nesse sentido, as influências políticas que se constituem em pano de fundo dessas origens, e como elas puderam direcionar as formas de abordagem voltadas para propostas de integração.

### **Referências Bibliográficas**

AB'SABER, Aziz Nacib. **O que é ser Geógrafo?** (em depoimento à Cynara Menezes). Rio de Janeiro: Record, 2007.

FERNANDES, Felipe Moura. **Os Annales de Geografia e a Geografia dos Annales em Pierre Monbeig**. São Gonçalo: Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009, 187 p. (Dissertação, mestrado em História Social do Território).

GOMES, Paulo César da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco [et al.] (orgs.) **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009.

LA BLACHE, Vidal. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, et al (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MACHADO, Monica Sampaio. **A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MAMIGONIAN, Armen. A escola francesa de Geografia e o papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos**, n. 6. Departamento de Geociências – CFH/UFSC. Florianópolis: maio de 2003.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. Série Teses e Monografias, nº 37. Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. William Morris Davis e a Teoria Geográfica. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, vol. 2, n. 1, p. 1-20, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, p. 166-176, 1991.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro, vol. 1: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro, vol. 2: as matrizes da renovação.** São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro, vol. 3: as matrizes brasileiras.** São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. 4ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANT'ANNA NETO. Alegres trópicos: impressões dos cronistas sobre o tempo e o clima no Brasil Colônia. **Caderno Prudentino de Geografia.** Presidente Prudente, v. 23, p. 71-92, 2001.

SANT'ANNA NETO. A gênese da Climatologia no Brasil: o despertar de uma ciência. **Geografia (Rio Claro)**, v. 28, n. 1, p. 5-27, 2003.

SOUZA, Marcos Barros. **Geografia Física: balanço da sua produção em eventos científicos no Brasil.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006, 335 p. (Dissertação, mestrado em Ciências: Geografia Física).

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: EdUNESP, 2004.

VITTE, Antonio Carlos. Breve história da Geomorfologia no Brasil. **Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico.** São Paulo: USP, 2009.